

Presidente joga tudo para definir mandato

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney continua insistindo em prosseguir num terreno aparentemente pantanoso. Quer a definição antecipada de seu tempo de mandato, pelas forças que compõem a Assembleia Nacional Constituinte. Poderá dar-se mal. No fim de semana, desde sexta-feira, voltou a repetir a diversos líderes do PMDB e do PFL o mesmo desejo expresso semanas atrás: não pretende viajar para o Exterior, em maio, sem saber exatamente por quanto tempo chefiará o governo do País. Sabendo ser impossível à Constituinte votar o artigo específico dessa matéria em tão curto prazo, sem votar outras definições correlatas e pertinentes, como o sistema de governo e a organização do Estado, admite que a solução venha informal, por acordo político.

Os partidos se manifestariam, por suas bancadas e direções executivas, ficando o compromisso selado e sacramentado para no segundo semestre ser cumprido e inserido na nova Constituição. PMDB e PFL, em especial, decidiriam já por seis, cinco ou quatro anos, dirimindo as dúvidas e fornecendo-lhe a tranquilidade necessária para programar seus planos e metas de governo.

Sua pretensão é justa e compreensível, em termos pessoais, ainda que, para muitos, esse problema não seja dele, mas dos constituintes. Afinal, possui um mandato, foi eleito para ficar seis anos e, mesmo sem alegar direito adquirido, poderia plantar-se e esperar.

A questão não é essa, pois a soberania da Assembleia Nacional Constituinte parece plena para erigir as instituições e os poderes que bem entender. Fala-se do terreno pantanoso trilhado pelo presidente por outro motivo, menos teórico e mais prático. Uma definição de deputados e senadores este mês, ou no correr de abril, poderá ser extremamente danosa para Sarney. Apesar de seu otimismo permanente, é óbvio que não vai bem em termos de imagem e de popularidade. Seu governo gira em círculos, acossado pela crise econômica e envolto nos reclamos gerais, do empresariado aos trabalhadores. As greves se sucedem no plano interno, e, do Exterior, são agudos os perigos e ameaças, por conta da moratória técnica decretada faz pouco. Os partidos não deixam de refletir esse clima, registrando-se neles uma espécie de cautela preventiva diante do Palácio do Planalto, não obstante a formação do bloco governista. O PFL ainda poderá chegar a uma decisão interna em favor de seis ou cinco anos, mais ligado que está a Sarney, mas o PMDB, força realmente decisória, dificilmente deixaria de optar pelos quatro anos, hoje. Na recente escolha do líder do partido na Consti-

tuinte, Luiz Henrique e Mário Covas dispunham de pelo menos um denominador comum: nenhum deles era o candidato ideal do presidente, e ambos já se manifestaram diversas vezes pelos quatro anos. Ulysses Guimarães, falando em cinco anos, na realidade desejava quatro, situação em que sua candidatura poderia adquirir consistência maior. As esquerdas do partido chegarão no máximo aos quatro anos, ainda que, nelas, germine a tese dos três, ou seja, de eleições presidenciais logo após a promulgação da nova Carta. Os setores conservadores da maior legenda nacional que têm pouco comprometimento, ao menos enquanto os horizontes econômicos permanecerem sombrios.

Em uma palavra, a decisão antecipada que o presidente reclama, salvo mudança imediata e milagrosa, limitará seu mandato em quatro anos. O compromisso não seria desfeito mais tarde, quando da aprovação do artigo constitucional correspondente. Sendo o ano em curso dos trabalhos constituintes, logo entraríamos em 1988 com a campanha presidencial desflagrada, limitando em muito a ação do governo federal.

Por tudo, conclui-se que a antecipação só prejudicará o presidente José Sarney, se for tomada agora. Mas é o que ele pretende, ao insistir na manifestação rápida da vontade partidária. Se está tão certo de que o pior já passou e que o País se irá recuperar em poucos meses, afastando a sombra da recessão e, da inflação desenfreada, poderia muito bem aguardar o segundo semestre. O que leva à tentação de imaginar que se as coisas ficarem ainda mais feias o risco será de três anos, já percebido pelo presidente e evitável apenas com a antecipação que resultará em quatro.

Anuncia-se que a bancada do PFL no Senado tomará a iniciativa de discutir o mandato presidencial nesta ou na próxima semana. O líder Carlos Chiarelli prepara moção em torno dos seis anos, forma de amarrar a bancada liberal agora para a decisão posterior. Há perigo na medida, tendo em vista que, se o PMDB for levado a fazer o mesmo, optará pelos quatro anos. Afinal, é majoritário e carrega quase toda a esquerda independente, do PT aos PCs e ao PDT...

Sarney, apesar de sua experiência política e de suas características de composição, sempre foi homem de assumir riscos. Poderia estar com uma carta na manga, arriscaria tudo agora por dispor de informações reservadas ou de cálculos feitos na ponta do lápis, segundo os quais o PFL, somado aos grupos moderados do PMDB, formaria maioria em favor dos cinco anos. Só que esses títulos, não raro, costumam sair pela culatra.

ANC 88
Pasta 21 a 25
março/87
064